



Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação REDE ASTE

Boletim nº 2 – Outubro de 2013

A Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (ASTE) foi criada em 2009, num seminário do qual participaram pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. Nos seminários seguintes (2010, 2011 e 2013), a participação de pesquisadores da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, França, Inglaterra, México, Paraguai, Portugal e Peru, deu à Rede caráter internacional. Destes eventos, também participaram organizações sindicais de trabalhadores da educação do Brasil e de outros países como Argentina e Espanha.

Com um perfil claramente interdisciplinar, a Rede ASTE constitui-se como espaço de encontro de pesquisadores que desenvolvem os seus trabalhos sob os enfoques da história da educação, do trabalho docente ou da sociologia do trabalho. Em sua página Web reúnem-se dissertações, teses, artigos acadêmicos e relatórios de pesquisa sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina.

Rede ASTE **Direção Colegiada**

Adrián Ascolani (UNR, Argentina)
Amarílio Ferreira Jr. (UFSCAR, Brasil)
André Robert (Université Lumière, Lyon)
Aurora Loyo (UNAM, México)
Carlos Bauer (UNINOVE, São Paulo)
Deise Mancebo (UERJ, Brasil)
Julián Gindin (UFF, Brasil)
Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPel, Brasil)
Ricardo Pires de Paula (UNESP, Brasil)
Sadi Dal Rosso (UnB, Brasil)
Savana Diniz Gomes Melo (UFMG, Brasil)
Rosa Serradas (Universidade Lusófona, Portugal)

Coordenação boletim n.º 2

Ricardo Pires de Paula (UNESP),
(rpphist@uol.com.br)
Jane Rosa da Silva (UNESP),
(janerosa2006@hotmail.com)

Website: <http://nupet.iesp.uerj.br/rede.htm>

PALAVRAS INICIAIS...

No cenário de retomada das grandes manifestações de rua que vem se generalizando desde 2011, a partir da Primavera Árabe, no Norte da África, passando pelos “Indignados” na Espanha, pelo levante de estudantes universitários no Chile e pelo “Occupy” nos Estados Unidos até chegar às jornadas de lutas que atingiram o Brasil em junho/julho, apresentamos a edição n.º 2 do Boletim da Rede Aste.

A presença dos movimentos sociais e sindicais na onda de protestos mundiais tem fomentado novas discussões acerca de seu papel na sociedade contemporânea, além de trazer à cena, questionamentos acerca do modelo de sociedade que temos.

Em meio a esse contexto, novas reflexões têm sido suscitadas pelos pesquisadores/as que lidam com a temática dos movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, a socialização do conhecimento já produzido vem contribuir para o entendimento desse mundo em ebulição.

Com esse propósito, trazemos no presente boletim, algumas produções atinentes ao universo de interesses e pesquisas da Rede Aste, assim como eventos e notícias protagonizados por pesquisadores/as que integram a Rede e demais profissionais que têm construído espaços de diálogo e debates quanto à condição da organização coletiva dos/as trabalhadores/as da Educação.

Além disso, contamos neste número com dois artigos que dizem respeito aos recentes movimentos de professores da Educação Básica e do Ensino Superior. O primeiro abordando o contexto e desdobramentos da greve nas IFES em 2012 e o segundo fazendo uma avaliação das repercussões no movimento sindical docente da Educação Básica, da aprovação da lei federal 11.738/08, conhecida como a “Lei do Piso”. Com isso, esperamos fomentar o debate acerca das manifestações de trabalhadores/as da Educação brasileira neste ano de 2013.

Boa Leitura!

Seminário “Associativismo e Sindicalismo Docentes em Portugal” (Lisboa, Portugal)

Realizado em 20 de janeiro de 2012 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Seminário “PNE: Balanço e Perspectivas” (Belo Horizonte, Brasil)

Realizado nos dias 30 e 31 de março de 2012 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), organizado pelo Instituto de Pesquisa em Educação (IPE).

Colóquio Internacional “Sindicatos e Construção da Profissão Docente – Associativismo, sindicalismo e investigação” (Lisboa, Portugal)

Realizado nos dias 20 e 21 de abril de 2012 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Rumo ao IV Seminário Internacional da Rede ASTE.

Realizado em São Paulo, 20 e 21 de setembro de 2012, na UNINOVE, promovido pelo Programa De Pós-graduação Em Educação – PPGE da UNINOVE.

Colloque sur la grève enseignante, croisant les regards d’acteurs et de chercheurs, d’historiens et de sociologues (Paris, França)

Realizada em 11 de outubro de 2012 no Lycée Diderot, organizada pelo Instituto do FSU em colaboração de pesquisa com IRSHES e participação CURAP (Universidade de Amiens) e do Centro de História da Universidade de Paris 8.

I Seminário “Valorização Docente e financiamento da educação” (Belo Horizonte, Brasil)

Realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2012 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), organizado pelo Instituto de Pesquisa da América Latina e Caribe.

II Colóquio Internacional “Sindicatos e Construção da Profissão Docente – Associativismo, sindicalismo e investigação” (Lisboa, Portugal)

Realizado nos dias 18 e 19 de janeiro de 2013 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

IV Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE) (Rio de Janeiro, Brasil)

Realizado de 17 a 19 de abril de 2013, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A programação do Seminário desenvolveu-se por meio de mesas centrais, comissões de trabalho, plenária final para organização da Rede e lançamento de livros. Inscreveram-se e/ou participaram das atividades em torno de 85 pessoas (incluindo palestrantes, que estiveram presentes a maior parte do tempo).

Nas mesas centrais, em número de 6, destacaram-se as intervenções de André Robert (Université Lumière, França); Adrián Ascolani (Universidad Nacional de Rosario, Argentina) e Gary McCulloch (University of London, Inglaterra); Andrea Gouveia (UFPR, Brasil) e Heleno Araújo (CNTE); Marcelo Badaró (UFF, Brasil) e Deise Mancebo (UERJ, Brasil); Pere Polo (Director Escola de Formació STEI INTERSINDICAL, Espanha) e Sadi Dal Rosso (UnB, Brasil).

Os sindicatos tiveram destaque nas mesas centrais, com a participação de Heleno Araújo (da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE) e de Pere Polo (Director Escola de Formació STEI INTERSINDICAL, Espanha).

O evento contou com dois grandes produtos (ambos apoiados pela CAPES): o livro, impresso; e os anais, em forma de CD-ROM. O primeiro, intitulado "Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos", organizado por Julián Gindin, Márcia Ondina Vieira Ferreira e Sadi Dal Rosso, corresponde ao 2º volume da Biblioteca "Sindicalismo em Educação", que vem contando com o financiamento da CAPES. O material se constitui numa importante contribuição aos estudos no campo do sindicalismo da educação, na medida em que reúne, por convite, importantes pesquisadores e pesquisadoras da área, do Brasil, Argentina, Peru, Estados Unidos, México, Portugal e França. Os anais acolhem produções enviadas, para apresentação no próprio IV Seminário (tanto das mesas centrais quanto as enviadas por demanda espontânea), agrupando um total de 30 textos elaborados por brasileiros e estrangeiros, sendo esses últimos originários da Argentina, Chile, Peru, México e Inglaterra.

Próximo Evento

V Seminário da Rede ASTE

Conforme deliberado na plenária do IV Seminário da Rede ASTE (Rio de Janeiro, 2013) o V Seminário será em 2015 na cidade de Rosário/Argentina.

Será realizado em São Paulo, no primeiro semestre de 2014, um evento preparatório para o V Seminário da Rede ASTE.

Novidade

O Instituto de Pesquisas em Educação – IPE Brasil lançou o primeiro edital para financiar pesquisas inéditas sobre o financiamento da educação, que ajudem ou proponham meios de responder à seguinte pergunta: “Quais os desafios do financiamento educacional para que o Brasil ofereça educação pública de qualidade?”.

Para mais informações acesse: <http://www.ipe-brasil.org.br/site/editais.php?id=16&p=1>

Livros Publicados em 2012

Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios

Marcos Ferraz e Andréa Gouveia (Organizadores)

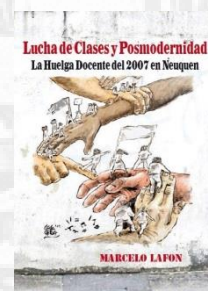
Appris. Curitiba



Lucha de clases y posmodernidad: la huelga docente del 2007 en Neuquén

Marcelo Lafón

Editorial Kuruf. Neuquén



Livros Publicados em 2013

Associativismo docente e construção democrática. Brasil-Portugal: 1950-1980

Libania Xavier

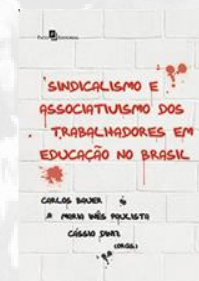
EdUERJ. Rio de Janeiro



Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil

Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista (Organizadores)

Paco Editorial. Jundiaí



Livros Publicados em 2013

Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos

Julián Gindin, Márcia Ondina Vieira Ferreira e Sadi Dal Rosso
(Organizadores)
Paralelo 15, Brasília, 2013.



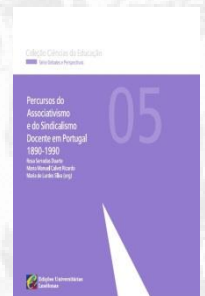
La grève enseignante, em quête d'efficacité

Collection "Comprendre et agir"
Frajerman Lawrence (Organizador)
Éditions Syllepse. Paris



Percurso do associativismo e do sindicalismo docente em Portugal (1890-1990)

Coleção Ciências da Educação – Série Debates e Perspectivas
Rosa Serradas Duarte, Maria Manuel Calvet Ricardo e Maria de Lurdes Silva (Organizadores)
Edições Universitárias Lusófonas. Lisboa



Para mais publicações, visite a Biblioteca
Sindicalismo em Educação

<http://nupet.iesp.uerj.br/rede/biblioteca.htm>

Dossiê “Condições de trabalho e Saúde dos profissionais de Educação”

Destacamos no dossiê o artigo de Mário César Ferreira e Amarilio Ferreira Junior intitulado “Sindicalismo, saúde e segurança no trabalho - Desafios na escola pública brasileira”. Publicado na Revista Retratos da Escola (CNTE, dez. 2012), em edição bilíngue (português e espanhol). Encontra-se disponível *on line* em:

<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/index>

Dossiê “Sindicalismo Docente: experiências, limites, desafios e perspectivas”

Organizado por Marcos Ferraz (UFGD), Savana Diniz (UFMG) e Andrea Gouveia (UFPR), publicado na Educar em Revista numero 48 de abril/junho de 2012. Encontra-se disponível *on line* em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0104-4060&lng=en&nrm=iso

Artigo "El fin de la fortaleza docente en la postmodernidad"

Publicado na Revista Inventio, la génesis de la cultura universitaria en Morelos, nº 18 de 2013, nueva epoca (Mexico). Autoria de André D. Robert, encontra-se disponível *on line* em: <http://www3.uaem.mx/inventio/index.html>

O Catálogo de Periódicos da Coleção Categoria Docente

é um instrumento de consulta dos tipos documentais, referentes a sindicatos de professores universitários, que fazem parte do acervo do Centro de Memória e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” – CEMOSi, sediado na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente/SP

Para maiores informações, acesse:

<http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/cemosi/acervo/>



Teses e Dissertações defendidas em 2013

O Sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação ao sindicato.

Tese de doutorado em Sociologia – Universidade de Brasília (UnB)

Robson Santos Camara Silva

Orientador: Sadi Dal-Rosso

Esta tese é uma investigação sobre o associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão. Diferentemente de outras unidades da federação, em que a reconstrução do sindicalismo docente já acontece há anos, esse estado brasileiro ainda requer estudos que possibilitem o avanço do conhecimento neste campo. A pesquisa tem como principais objetivos: reconstruir os processos pelos quais se organizou o magistério maranhense, inicialmente, sob a forma associativa e, posteriormente, na forma sindical, até alcançar o grau de consolidação que a organização exhibe nos dias atuais; identificar as organizações de trabalhadores docentes que se formaram ao longo da história da educação maranhense, sua natureza e as razões que conduziram a uma pluralidade de entidades; analisar o associativismo e o sindicalismo enquanto formas de resistência e de ação pró-ativa dos trabalhadores docentes no Maranhão; relacionar o contexto histórico e político com a emergência do associativismo e do sindicalismo do magistério; levantar as principais lutas do magistério maranhense e periodizar sua evolução, bem como analisar as condições atuais do sindicalismo docente maranhense. As condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo docente no Maranhão são condições estruturais que possibilitam o surgimento de associações e sindicatos docentes. O número e a densidade de professores permitiram as trocas de experiências sobre as questões inerentes à profissão, mas que só tiveram efeito a partir da construção de um projeto político que deu vazão às percepções coletivas do mundo do trabalho. Tal realidade não termina em si, mas deve constituir-se para si. A análise do desenvolvimento histórico do associativismo e sindicalismo maranhense demonstra que estes se configuraram em entidades que possuíam o intento de representar todo o professorado (Associação Pedagógica Almir Nina e Departamento maranhense da ABE) e, posteriormente, emergem as formas fragmentadas de representação (Associação de Professoras Normalistas do Maranhão, Sinterp, Sinproessemma e SINDEDUCAÇÃO). A legislação cunhada no regime militar foi responsável por produzir a fragmentação entre os professores públicos e os da rede particular, uma vez que era proibido aos primeiros se organizar sindicalmente e constituir um sindicato único para todo o magistério de sua região geográfica. Em suma, o associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão se desenvolveram em uma sociedade cujo grau de controle se mantinha fortemente ativo e não era possível erigir entidades de defesa de interesses laborais sem fazer mediações com o poder político local.

Teses e Dissertações defendidas em 2013

A docência em suas dimensões profissionais, políticas e culturais: Um estudo sobre a escola do professor do SINPRO-RJ (2000-2010)

Dissertação de mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Thais da Silva Alves Martins

Orientadora: Libania Nacif Xavier

O trabalho se insere no campo da História da Educação e aborda a dimensão política que envolve a prática docente, analisando o papel do sindicato na formação continuada dos professores a partir da experiência da Escola de Professores do Sinpro-Rio. O capítulo I propõe a reflexão sobre os limites e possibilidades da pesquisa em história da educação e explora as concepções de política frequentemente evocadas no campo educacional. O capítulo II aborda a função do educador e reflete sobre suas formas históricas de organização, com destaque para a experiência sindical. Esse debate, à luz das ideias de autores como Cláudia Vianna (1999) e Maria da Glória Gohn (2009), nos permite perceber o caráter educativo dos movimentos sociais, bem como o papel do sindicato como espaço de socialização política e profissional. O capítulo III recupera a história do sindicalismo, enfatizando o percurso do sindicalismo docente no Rio de Janeiro. O quarto e último capítulo centra foco no processo de organização da Escola de Professores do Sinpro-Rio, identificando os cursos oferecidos, analisando a sua recepção entre os professores e refletindo sobre a sua função na conjuntura atual. O estudo parte da hipótese de que esta Escola expressa o processo de modernização pelo qual o sindicato vem passando nos últimos vinte anos, se apresentando como uma porta aberta à entrada dos conhecimentos de interesse dos profissionais da educação, bem como uma bem sucedida estratégia de cooptação de novos filiados.

Teses e Dissertações defendidas em 2013

A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da Apeoesp

Dissertação de mestrado em Ciências Sociais na Educação – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Juan Carlos da Silva

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval

Este trabalho analisa a relação entre a política educacional executada no governo José Serra no Estado de São Paulo, entre os anos de 2007 a 2010, e a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Considerando a política pública como o “Estado em ação”, isto é, o Estado como principal responsável por formular e executar as reformas, mas não o único ator a “informar” as diretrizes das políticas, esta investigação, procura analisar mais precisamente: a) qual padrão de política educacional se constituiu nos governos do PSDB, em São Paulo, no período 1995-2010, particularmente, no governo José Serra? b) qual o reflexo deste padrão de política educacional para as condições e organização do trabalho docente na rede estadual paulista? c) Como a APEOESP reagiu a este padrão buscando preservar as condições de trabalho e os direitos dos docentes no setor público? Através da articulação entre teoria e coleta de dados nos boletins sindicais tenta-se aqui demonstrar as motivações das convergências e divergências entre a política educacional do governo José Serra e a atuação sindical da APEOESP.

Teses e Dissertações defendidas em 2013

A socialização da política em conselhos: Um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE-RJ) no grupo interdisciplinar de educação ambiental (GIEA-RJ)

Dissertação de mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Eduardo da Costa Pinto D'Ávila

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ), desde 2011, está representado no Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (GIEA-RJ). Esta dissertação analisou os limites e possibilidades da política das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEA). A CIEA no Rio de Janeiro se chama GIEA. O objetivo do trabalho foi verificar os limites e possibilidades de ampliação da socialização da política pela política das CIEA. A dissertação trabalhou com o quadro teórico de Antônio Gramsci (2011). A metodologia de pesquisa adotada foi entrevista no GIEA-RJ e no SEPE-RJ. Durante o governo Lula da Silva (2003-2010) membros originários do Instituto Ecoar para a Cidadania ocuparam cargos de alto escalão no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Ministério da Educação (MEC), onde coordenaram a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A análise se orientou pelas concepções de Estado e sociedade que, ao longo da dissertação, foi norteadas pela reflexão do caráter da crítica à partir dos debates internos do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 2000, se dividindo entre crítica liberal e crítica marxista, desenvolvidas na política educacional nacional e, especificamente, voltadas para a política pública de educação ambiental no Rio de Janeiro. Depois, o trabalho focou a política das CIEA pensadas como políticas do “modo petista de governar”; e, por fim, a dissertação investigou os limites e possibilidades da participação do SEPE-RJ no GIEA-RJ. A pesquisa concluiu que a CIEA no Rio de Janeiro não realiza avaliação e acompanhamento de projetos de EA e que as possibilidades e conquistas envolveram, dentre outras coisas, a moção de apoio à greve dos professores da rede estadual em 2011.

Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos

Julián Gindin

Márcia Ondina Vieira Ferreira

Sadi Dal Rosso (Orgs.)

“Os textos publicados neste livro são resultado de várias pesquisas motivadas por um objeto comum: o sindicalismo e/ou o associativismo de trabalhadores/as em educação. Elaborados em contextos sociogeográficos bastante distintos, por pessoas com diferentes experiências de pesquisa, os textos permitem-nos conhecer facetas novas do sindicalismo da área de educação, ou releituras de fenômenos mais conhecidos, ou cantos que nossa mirada anterior ainda não havia suficientemente iluminado. Para quem vem participando dessa aventura investigativa no campo do sindicalismo em educação, a leitura desses materiais representa algo mais: a certeza de um intercâmbio colaborativo, de uma formação continuada e coletiva para a pesquisa; mas também da variedade, da diferença e, com certeza, da divergência. Impossível não se surpreender com um caleidoscópio.” (Márcia Ondina Vieira Ferreira)

Greve e Radicalização¹

Luiz Fernando de Souza Santos

Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

E-mail: fernluiz@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para a reflexão em torno de um tema recorrente em movimentos grevistas, a saber, a radicalização. Em torno de táticas de radicalização de movimentos oriundos das classes trabalhadoras, étnicos, ecológicos, de juventude etc., dá-se, na contemporaneidade, uma verdadeira batalha no campo das ideias a fim de promover uma erradicação de riscos aí presentes para o capital. O presente trabalho pretende fazer uma análise em torno da noção de jihadização dos movimentos radicais promovida a partir do ataque aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e perceber seus influxos na luta dos trabalhadores brasileiros, bem como discutir as condições de possibilidade para a radicalização.

Introdução

O presente texto decorre dos embates atuais em torno das discussões sobre ações de radicalização da greve dos professores das instituições federais de ensino, iniciada em 17 de maio de 2012. No Comando Nacional de Greve emergiu uma polarização a respeito da radicalização: de um lado, havia aqueles que defendiam estratégia e táticas radicalizadas, e outros que eram frontalmente contrários a tais medidas nesses termos. Havia ainda um grupo intermediário, que tentava dialogar em torno de gradações de radicalização.

Para o último grupo, radicalizar seria levar adiante ações que vão desde parar as principais estradas e avenidas do país até ocupar os prédios das reitorias, fecharem os portões das universidades, pararem as atividades da pós graduação etc. Todas essas atividades poderiam, em tese, promover um choque na opinião pública ao ponto de obrigar o Governo a efetivamente estabelecer negociações. Para o primeiro grupo todas essas ações poderiam ocorrer concomitantemente. Para o grupo contrário à radicalização, o caminho seria o de apresentar uma contraproposta, uma vez que enquanto o Comando Nacional de Greve discutia projeto de sociedade, a base, nas diversas seções sindicais, queria discutir uma contraproposta ao Governo Federal.

Pretende-se argumentar aqui que, a despeito da *weltanschauung* de cada um dos grupos identificados, a questão da radicalização está posta e precisa ser compreendida nos movimentos mais gerais dos processos históricos da contemporaneidade, bem como a batalha das ideias aí travada pela definição do que seja a mesma. E mais, esse não é um debate para o qual o presente artigo tenha a pretensão de apresentar respostas peremptórias. O espírito aqui é o de fazer uma leitura flutuante sobre o tema da radicalização e colocá-la para o debate, para incomodar, desconstruir e ser desconstruída.

¹Artigo publicado em: *Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. 2013 - Ano XXII Nº 51, e gentilmente cedido o direito de republicação pelo autor.*

A jihadização da radicalização

A conjuntura mundial, após o *11 de setembro*, foi tomada por uma onda avassaladora no campo da batalha das ideias pela definição do que seria a radicalização e pela construção ideológica da mesma como sendo um processo de jihadização de indivíduos e grupos. Convém observar que o termo jihadização foi cunhado pelos analistas de política de segurança numa clara demonstração de negação do outro. A Jihad é mencionada sem que se faça um mínimo esforço de apreendê-la conceitualmente e segundo o seu significado histórico-cultural-religioso primeiro.

Diversas instituições policiais e pesquisadores ligados a institutos de estudos sobre violência e terrorismo nos Estados Unidos e em outros países, têm trabalhado a radicalização como jihadização. Exemplos disso são os seguintes documentos: *Radicalization in the West: the homegrown threat*, produzido por Silber e Bhatt (2007), do New York City Police Department (NYPD); *Edges of Radicalization: ideas, individuals and networks in violent extremism*, escrito por Helfstein (2012), do Combating Terrorism Center at West Point (CTCWP); *Radicalization: a guide for the perplexed*, da Royal Canadian Mounted Police (RCMP) e Gendarmerie Royale du Canada (GRC) – (2009); o artigo *Rethinking Radicalization*, de Borum (2011). Esses trabalhos, de um modo geral, são marcados pela compreensão de que a radicalização é outro termo para expressar atos de extrema violência, cujo ápice é a realização de eventos terroristas.

O documento do NYPD compreende que todos os eventos de radicalização, em que pese suas particularidades, passam por quatro fases distintas: a pré-radicalização, a autorradicalização, a doutrinação e a jihadização. Na fase primeira, os indivíduos ou grupos são submetidos a ideologias radicais mas ainda levam uma vida comum; na segunda fase, os indivíduos, afetados por fatores externos econômicos, sociais, políticos pessoais, aprofundam os pontos mais gerais da ideologia, consolidando um processo de autoidentificação com a mesma; na terceira fase, os indivíduos aprofundam a crença na ideologia e a tomam como fundamento para a ação e, por fim, a quarta fase, é aquela em que os indivíduos aceitam participar de eventos de radicalização, como um ato terrorista. Scott Helfstein, do CTCWP, também apresenta em suas análises elementos que correlacionam a radicalização como um processo que desemboca no terrorismo. A RCMP e a GRC, embora reconheçam que a radicalização nem sempre é problemática – Martin Luther King, Moisés, Jesus, Maomé e Gandhi são lembrados como exemplos de radicalidade, e também John Brown, abolicionista do século XIX que utilizou a violência radical por uma causa justa – acentuam que, contemporaneamente o terrorismo é para onde deságua a radicalização.

Randy Borum assinala que, ao lado dos eventos de radicalização terrorista, há outros que são expressões de manifestações radicais: gangues juvenis; movimentos sociais com militantes, ativistas, representantes de um ativismo de alto-risco; movimentos religiosos fundamentalistas e os imigrantes mulçumanos. Esse autor reconhece que tais expressões de radicalismo não são terroristas, porém, são precursores do mesmo. Aponta ainda que, o progresso no combate ao terrorismo e violência extrema é obstaculizado por ideias que defendem que tais eventos são expressões de violência política, manifestações de grupos restritos, e que o terrorismo deveria ser visto como atos com intenção de influenciar governos, impor medo a população e/ou criar um ambiente de negociação.

Tomando em conjunto tais discursos de jihadização da radicalização, compreendo que os mesmos são expressões de uma intervenção por cima das elites mundiais que, à guisa de enfrentar o terrorismo, passa a identificar todos os movimentos de contestação como expressões de ações terroristas ou a caminho delas. Isso é conveniente para criar as condições de enfrentamento dos movimentos antiglobalização que emergiram cada vez mais contundentes desde a Batalha de Seattle. Reduzindo todos os movimentos e atos contestatórios ao terrorismo, a burguesia mundial tem um fundamento para acionar seu potencial militar bélico e suas forças policiais para desmontá-los, destruí-los.

Outro aspecto importante desse movimento de ação contra a radicalização se dá no plano ideológico. Na batalha das ideias a radicalização é discutida de modo que seu conteúdo político, suas motivações políticas, sua emergência como luta de classes, sejam ignorados e reduzidos a recursos discursivos daqueles argumentos que dão suporte a atos de violência extrema. Despolitizando o tema, os discursos passam por uma assepsia conceitual, permitindo a redução de todas as formas de radicalismo a antecipações ou manifestações de eventos terroristas e para as quais o uso de meios repressivos está autorizado.

O efeito dessa disposição de despolitização da ação radicalizada é que o agente de radicalização passou a ser visto como um sujeito inconsequente, raivoso, pouco afeito à negociação. O espírito dominante – ou aquilo que as elites esperam que seja dominante – é o de sujeitos administrados, capazes de se mover nos marcos exclusivos da malha administrada da vida contemporânea, ainda que estejam submetidos às consequências sombrias do capitalismo financeiro (crises, desemprego, fome, erosão ambiental etc.).

No caso brasileiro, as lutas no campo e na cidade, de sem-terras, indígenas, quilombolas, sem-teto, operários, servidores públicos, por meio de ocupações de terras, greves, lutas contra a degradação ambiental, têm sido compreendidas pelos agentes do Estado, do latifúndio, das indústrias e pela mídia, por meio de adjetivos bem próximos daqueles utilizados pelos analistas de segurança nos Estados Unidos e Canadá. E a saída para enfrentar os movimentos sociais tem sido a criminalização e o uso da força policial.

Desse modo, no Brasil, cria-se uma atmosfera política e ideológica profundamente contrária a ações de radicalização das lutas sociais. Lideranças de tais movimentos são perseguidas, reprimidas, assassinadas, presas, ameaçadas de despejo, de desemprego, de corte de ponto, entre outras medidas que visam conter o avanço de manifestações radicais. Observa-se os mesmos efeitos ideológicos que promovem uma assepsia discursiva, que busca retirar as referências a quaisquer formas de radicalização, presentes nas análises dos especialistas, dos gestores, dos proprietários e até de setores das classes subalternas.

Em nossa contemporaneidade, toda máquina de controle, disciplinamento e repressão foi posta em andamento para enfrentar as manifestações contestatórias radicais e os discursos que lhe deem suporte. Estão legitimamente autorizados a circular, conforme assinala Mészáros (1993), em *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, aqueles discursos que mantêm fora de risco o *status quo*, no qual as desigualdades estão garantidas e entrincheiradas estruturalmente. Tais discursos podem se permitir serem consensuais, participativos, reivindicando assim a justiça da moderação, a objetividade e a neutralidade. Desse modo, ideologicamente são expurgados dos riscos de radicalização.

Se se trata de uma batalha das ideias, cumpre, pois, pensar a radicalização em outros termos que não esse dos processos de jihadização.

Radicalização ou barbárie

Para pensarmos a radicalização da perspectiva dos movimentos sociais, da luta dos trabalhadores, no campo e na cidade, é preciso pensá-la no escopo da crise financeira mundial, em que trilhões de dólares são investidos para o socorro do sistema financeiro ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho é atacado duramente com cortes de postos de trabalho, arrocho salarial, decomposição dos serviços públicos de saúde, educação, moradia etc.

No quadro da atual crise mundial, ao redor do Planeta, movimentos sociais das mais diferentes matizes têm refutado os parâmetros de radicalização da *doutrina Bush*, que reduziu toda ação contestatória a exemplos de terrorismo ou de prenúncio do mesmo. A partir daí, tem-se uma explosão de movimentos sociais de protestos de corte radical em diversas regiões. Na Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Grécia, as receitas do FMI para enfrentar a crise econômica têm levado às ruas milhões de trabalhadores. No norte da África (Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen), a “primavera árabe”

fez ruir ditaduras que estavam há décadas no poder. Nos EUA, a ocupação de Wall Street espalhou-se por diversas cidades norte-americanas. Na América Latina, a luta estudantil no Chile, apoiada por diversos setores que se puseram em greve, é emblemática desses tempos de luta contra a agudização da ação predatória do capitalismo mundial.

Segundo Chesnais (2012), a crise financeira e as duras políticas de austeridade que aprofundam ainda mais a espiral recessiva pelo mundo, colocam os trabalhadores e jovens numa situação de “fim do caminho”, o qual a burguesia aciona todos os instrumentos disponíveis para assegurar exclusivamente a crueza da dominação de classes: socorro aos bancos, governança autoritária, corte de emprego, culpabilização dos movimentos populares pela crise, são exemplos desses instrumentos.

Para os trabalhadores e jovens a saída não está no horizonte posto pelas elites do capitalismo mundial, mas na capacidade de construir espaços e tempos políticos próprios, constituindo uma dinâmica que só eles têm condições de mobilizar. Dito de outro modo, a radicalização burguesa na mobilização de instrumentos de enfrentamento da crise de seu sistema financeiro, só pode ser enfrentada por estratégias e táticas radicalizadas ao ponto de abrir uma vaga no tabuleiro das lutas de classes contemporâneas que penda a favor dos trabalhadores.

Radicalização e greve dos docentes

No Brasil, o ano de 2012 se apresentou como singular na luta dos trabalhadores do setor público. Depois de anos de decomposição de sua base salarial, e de ajustes governamentais que nem sequer corrigiram as perdas derivadas da escalada inflacionária, diversos setores entraram em greve.

A greve dos docentes das instituições federais de ensino abriu essa onda. Apresentou uma pauta fundada em dois grandes pontos: a estruturação da carreira e as condições de trabalho. Em torno dessa pauta, em pouco tempo, a partir do dia 17 de maio, em grande parte das universidades federais, os professores já haviam aderido à greve.

O governo manteve-se segundo a receita das governanças autoritárias: tomando por ponto de partida a crise financeira mundial, desde o início se indispôs a dialogar com o movimento docente em torno da pauta que o mesmo apresentou. Estabeleceu um teto remuneratório que não ultrapassou os 4,2 bilhões de reais de impacto até 2015 ao mesmo tempo em que perdoava uma dívida de 15 bilhões de reais das faculdades particulares, apresentou na LDO/2013 uma previsão de superávit primário de 155,9 bilhões de reais que claramente submete as necessidades sociais do país ao sistema financeiro, e a MP 564, que libera 45 bilhões de reais ao BNDES para injetar na indústria. Lembremos ainda, conforme análise de Santiago (2012), que o governo brasileiro tem sido extremamente generoso no que tange a desoneração tributária: passou de 23 bilhões de reais em 2003, para 86 bilhões em 2008 e 145 bilhões previsto na LDO de 2012, atingindo sobremaneira os Fundos de Participação de Estados e Municípios, a saúde, a previdência e a assistência social etc.

É nesse cenário que o governo montou uma farsa de negociação com os docentes em greve. Contando para tal com uma federação “chapa branca” com inexpressiva base entre os professores. Assinou um acordo com tal federação e deu por encerrada as negociações ao mesmo tempo em que anunciou o início de negociações com outras categorias em greve. Mas a greve desencadeada pelos docentes já havia nascido forte e as assembleias realizadas nas seções sindicais apontaram para a manutenção da greve e sua ampliação tendo em vista o estabelecimento de efetivas negociações por parte do governo.

Nesse contexto, a questão da radicalização emergiu no debate entre os professores, tanto nas bases quanto no Comando Nacional de Greve. E esse não foi um debate de fácil solução, de consenso, uma vez que havia disposições e leituras distintas e, às vezes opostas, a um movimento mais radicalizado. Em 17 de setembro, os professores suspenderam a greve passando para outro patamar de luta e de mobilização. Foram retomadas as atividades acadêmicas, mas a perspectiva da

radicalização como tática em lutas futuras permanece, como um espectro a rondar a organização desses trabalhadores.

Em função disso, para situar os limites e as condições de possibilidade da perspectiva da radicalização do processo de luta em torno da pauta docente, devemos, pois, considerar alguns elementos propostos aqui: a) para a classe trabalhadora, debater a radicalização nos termos da ideologia da doutrina Bush, que a reduz ao terrorismo – e que se traduz no cotidiano numa disposição política asséptica, objetiva, neutra –, é sucumbir ante uma concepção de mundo que apenas aprofunda a erosão das suas possibilidades de reprodução da vida material; b) por outro lado, a radicalização não pode se constituir das puras paixões dos manifestantes por seu movimento grevista ou outros modos de luta, como chama a atenção Žižek (2012), ao ponto de promoverem ações carnavalizadas; c) os debates sobre a radicalização, dessa forma deverão caminhar na direção da construção de novos significados e na busca de resposta para a questão posta por Lênin: “*que fazer?*”.

E “*que fazer?*” exige que consideremos: a) o acúmulo de forças do movimento grevista por suas diversas seções sindicais, que não é homogêneo, mas desigual (algumas seções têm uma base mais mobilizada que outras); b) o significado de radicalização para essas diferentes seções sindicais; c) as possibilidades efetivas de realização de ações de radicalização nessas diversas seções; d) a capacidade de articular manifestações tanto locais quanto nacionais que envolvam um leque maior de outras categorias e movimentos sociais de modo a jogar com o governo na arena da formação da opinião pública e pressioná-lo ao ponto de abrir negociação com os docentes.

Em que pese tais considerações em torno da questão leninista, cumpre assinalar que este texto não se propôs em listar as ações de radicalização a serem promovidas. Seu objetivo foi simplesmente assinalar, na batalha das ideias, que os jovens, os trabalhadores, os movimentos antiglobalização, a primavera árabe, o *occupy*, indicam que a radicalização ante o ambiente sombrio do capitalismo contemporâneo é possível e necessária. E que é por meio dela que podemos denunciar a farsa de negociação montada pelo governo brasileiro com os docentes em greve, expondo-a para o conjunto da sociedade e criar as condições objetivas para o estabelecimento de uma efetiva mesa de negociação.

Referências

- BORUN, Randy. Rethinking Radicalization. In: **Journal Strategic Security**, vol. 4, nº 4. Henley Putnam University, 2011.
- CHESNAIS, François. **A luta de classes na Europa e as raízes da crise econômica mundial**. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/2476-a-luta-de-classes-na-europa-e-as-raizes-da-crise-economica-mundial-i>>. Acesso em: 5 ago. 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David *et all*. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. Boitempo/Carta maior, 2012.
- HELFSTEIN, Scott. **Edges of Radicalization**: ideas, individuals and networks in violent extremism. Combating Terrorism Center, 2012.
- MÈSZARÓS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação. São Paulo: Ensaio, 1993.
- ROYAL CANADIAN MOUNTED POLICE; GENDARMERIE ROYALE DU CANADA. **Radicalization: a guide for the perplexed**, 2009.
- SANTIAGO, Paulo Rubem. **LDO 2013**: euforia e bom comportamento para quem? Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/lido-2013-euforia-e-bom-comportamentopara-quem/>>. Acesso em: 7 ago. 2012.
- SILBER, Mitchell D; BHATT, Arvin. **Radicalization in the west**: the homegrown theat. NYPD, 2007.

“Vamos acordar! O professor vale mais do que o Neymar!”¹

Beatriz Cerqueira

Coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG) e Presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG)

No mês de julho, a lei federal 11.738/08 completou cinco anos. Neste tempo muitas greves foram feitas, muitas lutas foram travadas. Mas vários governos continuam negligenciando a lei. É o caso do governo de Minas, que tenta sufocar o grito de insatisfação da categoria com muitas peças publicitárias e práticas coercitivas no interior da escola.

As recentes manifestações populares pautaram a educação. Nas ruas muitos cartazes pediam mais investimentos, respeito ao professor e o pagamento do Piso Salarial.

Concordo com o Frei Betto quando ele diz que “é hora das autoridades deixarem a torre de Marfim, largarem os binóculos centrados nas eleições de 2014 e pisarem na realidade”. Por que o grito por serviços públicos de qualidade ecoam a realidade vivida por milhares de brasileiros. Há quanto tempo denunciemos os problemas da educação básica pública? Temos uma lei estabelecendo um Piso Salarial para o magistério que não é cumprida por governadores e prefeitos e eles não são punidos.

Podemos também lembrar da Mesa Nacional de Negociação da Educação, que foi prometida em 2010, e até o momento não foi feita. Quantas vezes denunciemos que o Governo de Minas não investe os 25% de impostos em educação? As pessoas nos ouviam com certo ar de piedade, mas nem a Promotoria da Educação do Ministério Público do Estado se moveu para questionar esta situação. Quantas vezes denunciemos salas superlotadas, precárias condições de trabalho, jornadas extenuantes, adoecimento dos professores?

Recebíamos olhares piedosos que duravam alguns minutos e nada era feito. De quantas audiências públicas participamos na Assembleia Legislativa, apresentando problemas, pedindo soluções e o que víamos era uma equipe escalada para, simplesmente, fazer a defesa do governo do Estado? Os problemas da educação não são novidades.

Também tem sido muito importante o questionamento que ocorre aos grandes veículos de comunicação. Estes mesmos veículos manipulam informações de modo que, as demandas apresentadas pelas categorias, são sempre diminuídas. Quem não se lembra das entrevistas de estúdio que a Rede Globo fazia com o governo durante a nossa greve? E, quando muito, tínhamos falas de 30 segundos. A nossa greve só teve repercussão na mídia nacional quando alguém pediu o adiamento do Enem. Não mostrou a realidade da categoria.

E o que dizer de governos que assinam acordos como o governo de Minas que, em 2011, assinou documento se comprometendo a pagar o Piso Salarial aos professores e não cumpriu o que assinou?

¹Artigo publicado em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/publicacoes/artigos/12229-vamos-acordar-o-professor-vale-mais-do-que-o-neymar.html>> e, gentilmente cedido o direito de republicação por sua autora.

É o povo que vive isso. Por isso, a maioria dos cartazes confeccionados artesanalmente, falam da educação, denunciam a realidade vivida nas escolas públicas. E muitos gritaram pelas ruas: "Vamos acordar! O professor vale mais do que o Neymar!"

É por isso também o estranhamento em relação à Copa das Confederações e à Copa do Mundo. Porque vimos os governos responderem rapidamente com investimentos, adequações de legislação e não vimos a mesma agilidade para responder às nossas demandas, a uma melhoria dos serviços públicos.

Não dá para esperar mais cinco anos. Se não houver mudanças estruturais na condição do professor – falo de Piso Salarial, carreira, valorização social – daqui a pouco não teremos mais professores na rede pública!

